

TCE flagra ausência de 14 médicos durante fiscalização em UPAs de Campo Grande

De 57 profissionais previstos nas escalas, quase um quarto não estava nas unidades; Secretaria de Saúde tem cinco dias úteis para responder

Da redação | Capital | **10/11/2026** às 09:13



TCE-MS visita unidades de saúde em Campo Grande - Divulgação / TCE-MS

Uma fiscalização do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) identificou a ausência de 14 médicos em cinco Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de Campo Grande, na madrugada desta terça-feira (10). Os profissionais estavam entre os 57 previstos nas escalas de plantão, o que representa aproximadamente 24,6% do total.

A maior quantidade de ausências foi registrada na UPA do Universitário: seis dos 11 médicos escalados não estavam na unidade. No Jardim Leblon, faltavam quatro dos 13 profissionais previstos, enquanto no Coronel Antonino foram identificadas duas ausências entre 13 plantonistas.

Nas Moreninhas, a fiscalização constatou uma ausência entre os 11 médicos escalados. Na Vila Almeida, um dos nove profissionais previstos também não estava presente.

A operação mobilizou dez auditores de controle externo e foi coordenada pelo conselheiro Osmar Jeronymo, relator das contas de Campo Grande. Ele acompanhou pessoalmente a fiscalização na UPA Joel Rodrigues da Rocha, nas Moreninhas.

O trabalho integra o Plano Anual de Fiscalização de 2026 e busca verificar a qualidade do atendimento à população, especialmente a presença dos médicos e o cumprimento das jornadas de trabalho.

Além da unidade das Moreninhas, foram vistoriadas as UPAs Aparecida Gonçalves Saraiva, no Universitário; Vila Almeida; Dr. Walfrido Arruda, no Coronel Antonino; e Dr. Carlos Vinícius Pistoia de Oliveira, no Jardim Leblon.

Segundo Jeronymo, o acompanhamento terá caráter permanente, com novas visitas durante o dia e à noite.

“Essas fiscalizações serão rotineiras e não serão esquecidas daqui a 30 dias. Nós vamos cobrar efetivamente a presença dos médicos nas unidades de saúde da Capital, tanto no período noturno como no diurno”, afirmou.

A Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande terá cinco dias úteis para responder ao ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas.

Enquete

Você é a favor de reduzir a maioridade penal para 16 anos?

- Sim
- Não

Votar

Visualizar resultados

